

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 2.475, DE 2003

Dispõe sobre a obrigatoriedade de o Sistema Único de Saúde - SUS fornecer lente intra-ocular para os que se submeterem à cirurgia de catarata.

Autor: Deputado JOAQUIM FRANCISCO

Relator: Deputado AMAURI ROBLEDO
GASQUES

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.475, de 2003, de autoria do Deputado Joaquim Francisco, objetiva obrigar as unidades assistenciais do Sistema Único de Saúde a fornecer lente intra-ocular aos pacientes que se submeterem à cirurgia de catarata.

Na justificação, o autor destaca que a proposição foi inspirada em projeto arquivado na última Legislatura, de autoria do então Deputado Zé Índio; e considera fundamental garantir o recebimento da lente intra-ocular (LIO) pelos pacientes que recorrem ao SUS, uma vez que muitos deles não podem arcar com os custos relacionados.

O projeto foi distribuído às Comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Redação; estando dispensada a competência do plenário, para discussão e votação, nos termos do art. 24, II, do Regimento Interno.

Na CSSF, decorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A proposição do Deputado Joaquim Francisco demonstra o zelo do ilustre Parlamentar para com a população carente do País.

Entretanto, o projeto de lei em tela apresenta limitações, que serão mencionadas a seguir, as quais não nos permitem apoiar a iniciativa.

A Constituição Federal garante a todos os brasileiros o direito ao atendimento integral à saúde, ao instituir os princípios da cobertura universal e da integralidade da assistência do Sistema Único de Saúde - SUS, independente do problema de saúde em questão.

Os marcos regulatórios infraconstitucionais do SUS também são claros a respeito da integralidade da assistência.

Além disso, em função do avanço tecnológico, normas com elevado nível de especificidade técnica tendem a perder rapidamente sua eficácia, em virtude das mudanças contínuas dos tipos de exames e tratamentos disponíveis.

Não existe a necessidade, pois, de elaborar lei específica para cada tipo de procedimento a ser realizado pelo SUS, ou para garantir o atendimento de cada tipo de doença.

Vale destacar, ainda, que o Ministério da Saúde (MS) tem promovido, ao longo dos últimos anos, várias atividades assistenciais relacionadas ao tratamento da catarata, que incluem a utilização da lente intra-ocular, o que atende o objetivo do Projeto de Lei em questão.

Já existem procedimentos nas tabelas do SUS que prevêm a remuneração pela realização de Facectomia e de Facoemulsificação com implante de lente intra-ocular.

De fato, os dados divulgados pelo DATASUS indicam que, entre os anos de 2000 e de 2003, 988.873 procedimentos envolvendo o uso de

lente intra-ocular foram pagos pelo SUS, correspondendo a um valor de aproximadamente 460 milhões de Reais.

A grande maioria desses procedimentos (98%) foi realizada por ocasião de campanhas de cirurgias eletivas de catarata, organizadas pelo Ministério da Saúde, e que tem sido prorrogadas por meio de portarias desse Ministério.

Diante do exposto, somos pela rejeição do Projeto de Lei nº 2.475, de 2003.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado AMAURI GASQUES
Relator